

1º Secretário

PROTOCOLO

Estado de Rondônia  
Assembleia Legislativa

20 MAI 2025

Protocolo: 953/25

PROJETO DE LEI

Nº 876/25

AUTORA: DEPUTADA GISLAINE LEBRINHA UNIÃO-BRASIL

Institui a Campanha de Conscientização e Prevenção contra Crimes Cibernéticos cometidos por meio do uso indevido da inteligência artificial contra crianças e adolescentes no âmbito do Estado de Rondônia.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA** decreta:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do estado de Rondônia, a campanha de conscientização e prevenção contra crimes cibernéticos, cometidos por meio de uso indevido da inteligência artificial contra crianças e adolescentes.

Parágrafo único. A campanha tem como intuito desestimular a utilização de *websites* e demais recursos de IA - inteligência artificial contra crianças e adolescentes.

Art. 2º São objetivos desta Lei:

I - promover debates sobre ética e consequências dos crimes cometidos por meio do uso indevido de novas tecnologias;

II - desenvolver ações socioeducativas, inclusive com veiculação em sítios eletrônicos, *websites*, mídias sociais, emissoras de rádio e televisão, além de fixação de cartazes, banners, folders e outros meios convenientes;

III - conscientizar o corpo docente, apoio, corpo técnico, pedagógico, familiares, corpo discente e demais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem do ambiente escolar sobre a ameaça da utilização indevida da inteligência artificial;

IV - conscientizar e alertar a sociedade sobre a existência da pornografia infantil “*deepfake*”, aumentada pela utilização da inteligência artificial – IA para geração de conteúdo simulado, resultando na proliferação de imagens sexualizadas de crianças e adolescentes geradas por computadores;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE RONDÔNIA  
A amiga do rondoniense



PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº
	AUTORA: DEPUTADA GISLAINE LEBRINHA UNIÃO-BRASIL		
<p>V - informar que considera-se delito a produção, reprodução, oferta, comercialização, divulgação, transmissão e/ou qualquer outro meio, que represente crianças ou adolescentes em cena de sexo - implícito ou explícito – e nudez, bem como produção de imagens de cunho pornográfico com uso de <i>deepfake</i>.</p> <p>Art. 3º Como forma de ampliar o alcance do público-alvo, o Poder Executivo poderá firmar parcerias com organizações da sociedade civil para a divulgação da campanha de que trata esta Lei.</p> <p>Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar e normatizar os subsídios para fiel execução e aplicabilidade da presente Lei.</p> <p>Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 15 de maio de 2025.</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: flex-end;"><div><p>GISLAINE CLEMENTE:29885363840</p></div><div><p>Assinado de forma digital por GISLAINE CLEMENTE:29885363840 Dados: 2025.05.20 10:23:36 -03'00'</p></div></div> <div style="text-align: center; margin-top: 10px;"><p><b>GISLAINE LEBRINHA</b> Deputada Estadual União Brasil</p></div>			



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE RONDÔNIA  
A amiga do rondoniense



PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº
	AUTORA: DEPUTADA GISLAINE LEBRINHA UNIÃO-BRASIL		
<p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>Nobres Parlamentares,</p> <p>É com grande entusiasmo que trago à apreciação dos nobres pares a presente propositura que tem como finalidade instituir campanha de conscientização e prevenção de crimes cibernéticos, cometidos por meio de uso indevido da inteligência artificial – IA contra crianças e adolescentes.</p> <p>Inicialmente, verifica-se que o Projeto em questão – encontra-se dentro das disposições constantes no Regimento Interno e da Constituição Rondoniense, não havendo que se falar em vício formal ou material.</p> <p>O Estado possui amparo constitucional para legislar sobre a matéria, conforme disposto no artigo 24, inciso XV da Constituição Federal que assim diz em sua redação: “<i>Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrente sobre: (...) XV – Proteção à infância e à juventude;</i>”.</p> <p>Além do mais, o presente projeto de lei está em consonância com o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/1990), em seu artigo 241 – C, que tipifica o seguinte crime: “<i>Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica – por meio de adulteração, montagem ou outros recursos de edição de fotografia, vídeo – e demais recursos congêneres de representação visual</i>”.</p> <p>Sendo assim, a presente propositura visa colocar no centro das discussões – um tema de grande relevância e sensibilidade. No entanto, pouco conhecido e discutido no meio acadêmico, jurídico e legislativo. Considerando ser algo novo na sociedade contemporânea a Inteligência Artificial - IA</p> <p>Outrossim, com o avanço da tecnologia, - os crimes cibernéticos tem se intensificado e tornando-se pratica recorrente. Esse aumento se deve à facilidade a dispositivos sofisticados que possibilitam a criação, edição, montagem de imagens e vídeos – substituindo rostos e vozes, dando realidade e legitimidade na fraude para conteúdos falsos.</p> <p>Tal pratica tem dificultado a distinção do que é real – e o que é manipulado, as <i>deepfakes</i> – têm contribuído para o aumento de abusos sexuais de crianças e adolescentes. A campanha proposta não visa apenas conscientizar as crianças e adolescentes sobre os riscos associados ao uso</p>			

PROTOCOLO	PROJETO DE LEI	Nº
AUTORA: DEPUTADA GISLAINE LEBRINHA UNIÃO-BRASIL		
<p>indiscriminados de aplicativos, plataformas, programas e demais ferramentas de inteligência artificial – IA, mas também busca promover a participação ativa dos mais variados seguimentos da sociedade na abordagem desse tema e na identificação precoce de crimes, minimizando os impactos sobre as vítimas.</p> <p>Além disso, conscientizar os pais, educadores e a sociedade – promovendo uma compreensão mais profunda dos riscos cibernéticos, mostrando os pontos positivos e negativos que as novas tecnologias possuíam, sendo um pilar fundamental na construção de uma sociedade mais participativa, atenta, responsável e acima de tudo rígida contra crimes sexuais que utilizam as novas tecnologias e têm como vítimas diretas crianças e adolescentes.</p> <p>Dito isto, considerando a importância do objeto em discussão – e a fundamentação exarada, tendo em vista que a presente proposição encarna a defesa da supremacia do interesse público – bem como o bem-estar da sociedade, colocando em prática os princípios Constitucionais e administrativos elencados – apresento-vos a referida proposição - para deliberação, discussão e análise, dos nobres colegas parlamentares.</p> <p>Por fim, antecipadamente, pugno pelo apoio irrestrito e incondicional dos nobres pares como vossos apoios e votos, a fim de ver a presente proposição aprovada.</p>		